

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ **Professoralidade docente na EJA: Cadeados que se abrem e fecham para os processos de leiturização como prática de letramento nas prisões do DF**

 Ana Cristina de Castro *

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre os saberes e fazeres docentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase nos processos de leiturização e letramento nas prisões, visando a necessidade de implementar as políticas públicas educacionais previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014/2024 e no Plano Distrital de Educação (PDE) - 2015/2024, no âmbito nacional e local. Este estudo parte da análise dos problemas e das dificuldades da práxis docente nas prisões, além de investigar a ação docente frente aos processos de leiturização e letramento dos estudantes privados de liberdade, regularmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). A metodologia utilizada teve abordagem mista (qualitativa e quantitativa), e o instrumento de pesquisa adotado foi a aplicação de um questionário on-line, constituído de sete questões abertas e fechadas. Participaram deste estudo nove professores da SEEDF, que atuam nos estabelecimentos penais do DF. Os resultados evidenciaram que há grande desvalorização e precarização do trabalho docente nas prisões, pois os recursos necessários para o trabalho pedagógico - como livros didáticos apropriados e acervo paradidático - são escassos e inadequados. Existe, ainda, a limitação quanto à oferta de matrículas na EJA que atende, aproximadamente, 10% da população carcerária. Observou-se, também, a ausência de um trabalho preventivo ao corpo docente que possibilite o atendimento periódico, clínico e/ou psicológico. Urge a implementação e a execução das políticas públicas educacionais que promovam a valorização do trabalho docente, a ampliação da oferta de vagas da EJA nas prisões, a revitalização das bibliotecas e o maior acesso aos livros, como caminhos para a ressocialização aos privados de liberdade.

Palavras-chave: Professoralidade docente. Educação de Jovens e Adultos. Políticas públicas. Leiturização e letramento. Sistema prisional.

* Ana Cristina de Castro é licenciada em Letras, mestre em Educação pela Universidade de Brasília - UnB (2014). Professora da Secretaria de Estado de Educação e do Centro Universitário Projeção. Contato: anacristinacastro3@gmail.com.

Introdução

A violação dos direitos humanos é um fato constante no meio social e atinge níveis cada vez mais alarmantes. Diante da violação de direitos, encontra-se o indivíduo excluído e segregado que carrega, em sua história, a sobrevivência retratada pela opressão, precarização da vida e privação de liberdade. Mas, afinal, o que representa a prisão para um indivíduo? A prisão reflete o lugar mais sombrio do aparelho da justiça. Trata-se de um local onde o poder da punição organiza, silenciosamente, um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar como forma terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. (FOUCAULT, 2007, p. 214).

Silva & Moreira (2009) entendem que reabilitar, reeducar, ressocializar, reinserir socialmente são termos equivalentes que tendem a fundamentar discursos bem-intencionados, com a finalidade de alcançar a chamada terapia penal, que significa devolver o sujeito privado de liberdade ao meio social, para que possa ser um cidadão com potencial útil e produtivo.

Neste contexto das prisões no Distrito Federal, faz-se necessário discutir as possibilidades de reeducação e ressocialização do sujeito privado de liberdade, com ênfase na implementação e execução das políticas públicas educacionais, legitimadas no Plano Nacional de Educação (PNE) - Meta 10, a qual prevê a oferta de escolarização na rede pública de ensino, às pessoas jovens, adultas e idosas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal (DF), de modo que, até o último dia de vigência do plano, a população seja atendida, no mínimo, 50% na forma integrada à educação profissional, em um dos segmentos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores (EJAIT) (PNE 2015-2024).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) combinada apresenta um modelo diferenciado para a organização curricular da EJA, com a finalidade de ampliar a oferta e melhor atendimento aos estudantes com perfis específicos, tais como: trabalhadores do campo, trabalhadores plantonistas, sazonais, temporários, pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade, dentre outros. (Diretrizes Operacionais da EJA, SEEDF 2014-2017, p. 34).

Quanto à organização do tempo pedagógico para a educação nas prisões, a EJA Combinada pode ser ofertada com carga horária na forma direta de, no mínimo, 30% de mediação presencial do professor regente do componente curricular, e até 70% na forma indireta em que o estudante desenvolverá atividades pedagógicas complementares, mediadas pelo professor. (SEEDF, Portaria nº 77/03/2017).

Em relação aos processos educativos, Arroyo (2017) entende que a EJA caracteriza-se como espaço-tempo constituído no coletivo, assim como acontece nos movimentos sociais, no trabalho, na fila do ônibus. Os sujeitos vivem espaços sociais retratados pelos coletivos sociais, raciais, sexuais, de coexistência de identidades e resistências de classe, raça e gênero. Insistir em olhar a EJA como modalidade reparadora dos percursos escolares ao longo da história é uma política perversa que oculta a luta de classes em que as políticas públicas não se legitimam. Neste sentido, o sistema escolar - da educação infantil à universidade - ancora na reprodução de hierarquias de classes entre homens-mulheres, negros-brancos, pobres-ricos, capital-trabalho.

Neste contexto social e educacional excludente, estamos diante

do espaço administrativo da prisão e a escola como forma de resistência, onde o foco é o homem preso e a prisão. O primeiro – o homem preso – caracteriza-se pela desqualificação profissional, baixo nível de escolaridade, marcado pelas dores e um sujeito estigmatizado pela prisão; enquanto o segundo – o espaço prisional – obriga adaptar às condições diárias de sobrevivência, pautadas na violência, no encarceramento, na ordem e na disciplina. (SANTOS, 2011, p. 119).

O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos da rede pública de ensino (há de se admitir que no chão da sala de aula EJA) estabelece o desafio provocado pela relação dialógica entre estudantes trabalhadores e servidores públicos professores frente aos interesses do capital, uma vez que se limita a educação à uma questão de inclusão social como forma de inserção social que converge para o individualismo, o materialismo, a competição, o consumo, e não como a inserção na luta, voltada por um novo modelo social, mais justo, igualitário e humano. (RESÉS; PEREIRA, 2016, p. 251).

Em se tratando da oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos nas prisões, há desafios diários do professor entre grades e cadeados, para conduzir os processos de ensino-aprendizagem nas salas-celas. Neste sentido, o objetivo central deste estudo foi analisar os problemas e as dificuldades dos docentes que atuam na rede pública de ensino nas prisões do DF. Especificamente, se propôs a investigar a ação docente frente aos processos de leiturização e letramento nas prisões do DF, como garantia de acesso aos livros e às bibliotecas, fomentando ressocialização, por meio da formação leitora para os indivíduos em cumprimento de medida judicial e privação de liberdade.

Freire (1976) diz que a educação, como prática da liberdade, traz a ideia da liberdade não apenas em nível conceitual ou de aspiração humana, mas sim como parte fundamentalmente construída a partir de processos históricos vinculados à cultura e ao mundo do trabalho. Neste sentido, quando pensamos numa educação que de fato seja libertadora no mundo das prisões, tomamos pelo significado real a tríade das palavras “homem-prisão-escola”. Estes nos obrigam a entender que os processos de ensino-aprendizagem são marcados pela opressão, violência física e/ou psicológica, da mesma maneira que se luta pela libertação e ressocialização deste sujeito.

Nesta perspectiva, a leitura para leitores nas prisões deve ser compreendida para além de direitos legitimados, mas sim como objeto de libertação e ressocialização do indivíduo, visto que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9). Entende-se a prática da leitura intramuros como papel ativo do ser humano, pautado na construção de sua realidade e ressignificação de sua história de vida, desde que nos presídios do DF sejam garantidas as condições para leitura e acesso ao livro à pessoa privada de liberdade.

1. Professoralidade docente na EJA: o professor em estado de encarceramento profissional

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica e objetiva atender jovens, adultos e idosos provindos da classe trabalhadora que, ao longo de sua trajetória de vida, não iniciaram ou interromperam sua trajetória na escola em algum momento de sua vida. (SEEDF, Currículo, 2014, p. 9).

Em relação à EJA nas prisões, essa não se restringe apenas ao processo de escolarização, mas também reconhece a educação como direito humano fundamental para formação de pessoas autônomas, críticas e ativas. A população privada de liberdade é definida como um público muito heterogêneo, caracterizado por diversidades: etárias, étnico-raciais, sociais, culturais, de gênero e de orientação sexual. Estes sujeitos, mantidos presos em suas celas, estão impossibilitados de vivenciarem as oportunidades sociais, trazidas pela convivência humana. (SEEDF, Currículo, 2014, p. 13).

A oferta da EJA no ambiente prisional significa possibilitar a estes estudantes um momento de aprendizagem e construção coletiva, no sentido de proporcionar um convívio e participação social, não contemplado em nenhum outro espaço na prisão. Hoje, o quadro do corpo docente para atendimento ao sistema prisional é constituído por 66 professores, sendo 11 contratos-temporários e 55 professores efetivos da SEEDF, para o atendimento de 1.623 estudantes regularmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos. (SEEDF, 2017).

É neste contexto educacional, entre grades e cadeados, que se insere a professoralidade docente nas prisões. Por professoralidade docente, entende-se o processo que envolve não somente o domínio dos conhecimentos, dos saberes, dos fazeres de determinado campo do conhecimento. Além disso, envolve a sensibilidade do professor como indivíduo e profissional quanto a atitudes e valores, tendo como base a reflexão como componente indispensável ao processo de ensinar, de aprender, de formar-se e, por consequência, desenvolver-se no âmbito profissional. (IASIA; BOLZAN, 2006, p. 491).

Ainda os mesmos autores afirmam que este processo de reflexão-crítica, realizado individualmente ou em grupo, possibilita tornar conscientes os modelos teóricos e epistemológicos vivenciados na sua atuação profissional. Pode favorecer a comparação de resultados de seu planejamento de trabalho com teorias pedagógicas e epistemológicas mais formalizadas. Aos olhos da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), entende-se que o direito à educação prevê a assistência educacional que consiste na instrução escolar e na formação profissional do preso ou do internado. Prevê, também, o Ensino Fundamental, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa; e o Ensino Médio, regular ou supletivo - com formação geral ou educação profissional - implantado nos presídios.

A norma legal prevê, ainda, que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Cada estabelecimento deverá ter uma biblioteca, com livros instrutivos, recreativos e didáticos.

A atuação docente frente às necessidades educacionais de homens e mulheres encarcerados não se restringe apenas à elevação de escolaridade ou redução de idade/série aos processos de ensino-aprendizagem. A especificidade do fazer docente imbrica em atender homens e mulheres que cometeram crimes, sobretudo precisam adquirir habilidades individuais com a finalidade de desenvolver competências sociais que os possibilitem explorar suas potencialidades para usufruir das oportunidades ofertadas pela sociedade (SILVA, 2011, p. 112-113).

Penna (2011) entende que a escola na prisão é vista como lugar em que as relações entre pessoas podem ser travadas em

outros contextos para além do foco do universo criminal. Neste sentido, a escola possibilita o resgate da singularidade do sujeito que é possível ser chamado pelo nome. Os estudantes procuram falar de assuntos que sejam positivos para os processos de ensino-aprendizagem.

No campo das políticas sociais são as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, com finalidade de redistribuir benefícios sociais, com foco na diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Sendo assim, a educação é entendida como uma política pública de corte social e de responsabilidade do Estado. Nesta perspectiva, as políticas sociais e a educação estão situadas no interior particular de Estado, como forma de interferências que visam manter as relações sociais de determinada formação social. (HOFLING, 2001, p. 31).

Adorno (1991) ressalta que no espaço das prisões há grandes impasses quanto à implementação e a execução das políticas públicas penais. Neste sentido, as políticas são formuladas e implementadas sobre o discurso ideológico sustentado pela tríade “trabalho-profissionalização/educação/assistência” como caminhos para a recuperação e a ressocialização dos sentenciados. Grandes são os obstáculos que levam ao confronto sistemático entre estruturas formais e informais, ligados ao complexo prisional. Estes estabelecimentos penais manifestam sua baixa capacidade de “reforma da clientela”. Além disso, a realidade das prisões produz a delinquência e o agravamento da reincidência criminal.

Diante desse contexto nas prisões, urge a execução das políticas públicas educacionais que visem legitimar a valorização e o papel do professor na e para além da escola nas prisões. Este profissional, hoje, encontra-se em estado de encarceramento profissional, visto que, para desenvolver seu trabalho docente, está sujeito à adaptação entre dois mundos: primeiro, a vivência didática e pedagógica nas salas-celas dos presídios, onde o professor se coloca na condição de encarceramento temporal entre grades e cadeados, visando os processos de aprendizagens como objeto de transformação e ressocialização do estudante da EJA; o segundo, o professor precisa se adequar e cumprir as regras de controle, vigilância e segurança da direção do presídio e do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

2. O processo de leiturização como prática de letramento nas prisões do DF

O processo de leiturização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser compreendido como um movimento que possibilita a construção de novos significados. Entretanto, para que isto aconteça, é preciso haver um redirecionamento da postura até então vigente nas instituições de ensino quanto ao tratamento que é dado à leitura. A leitura caracteriza-se como processo, em que há diferentes mecanismos envolvidos. Trata-se de um processo do qual o mundo se revela diante do sujeito que interage com o mundo de forma crítica, proporcionando a formação do estudante, um leitor crítico capaz de satisfazer as exigências impostas socialmente. (CARVALHO, 2008, p. 14).

Quando pensamos na formação do estudante da EJA nas prisões do Distrito Federal, como leitor proficiente e crítico, estamos diante de um grande desafio: executar a política pública

educacional, prevista no Plano Distrital de Educação (2015-2024), com foco na Meta 10 - Estratégia 10.21, que prevê que os estudantes em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade, no sistema prisional, devem ter acesso a bibliotecas. Também está prevista a ampliação e atualização dos acervos, priorizando livros paradidáticos e materiais de pesquisa.

Eis uma realidade bem distante do que prevê esta política pública educacional, a fim de possibilitar o acesso à leitura dos estudantes privados de liberdade, visto que, atualmente, há oito bibliotecas nos seis presídios do Distrito Federal; e somente três destas estão ativas e em estado de funcionamento. (SEEDF, 2017).

Para Ribeiro (2012), a leitura no cárcere pode possibilitar o rompimento das relações de poder que comprometem toda a condução do sujeito inserido no processo disciplinar. Por isso, requer uma revista prévia em todo material selecionado mediante o comportamento desse leitor. Além disso, a experiência com a leitura é vista como uma possibilidade de transformação da visão de mundo deste sujeito, que promove a construção de um ambiente mais pacífico nas relações interpessoais.

Ainda a mesma autora apresenta os impactos sobre as experiências com a leitura no cárcere. Constatou em seu estudo, intitulado *O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal*, que o ato de ler possibilita o distanciamento da realidade, evidenciado no registro de fala de um dos internos entrevistados: “ler é aliviar o tempo desse inferno que é a cadeia”. Dessa forma, o leitor, na prisão, se vê como um indivíduo capaz de reconstruir suas histórias e, quando retornar à sociedade, tornar-se mais produtivo.

Em relação à importância do ato de ler como objeto de transformação do sujeito, Freire (1989) entende que a leitura de mundo precede a leitura da palavra. Este movimento contínuo da leitura de mundo à palavra traduz as experiências e vivências do sujeito nos processos de leitura, criando a possibilidade de “escrevê-lo” e “reescrevê-lo”, ou seja, de transformá-lo, por meio de uma prática consciente. Nas prisões, esta prática transformadora por meio da leitura possibilita, ao privado de liberdade, ressignificar sua história e suas vivências, de forma crítica e emancipadora.

Quanto à prática transformadora do sujeito pelos processos de leitura, Bortone (2012) reitera a necessidade de o professor levar, ao estudante leitor em formação, o entendimento de para que “serve” a leitura, ou seja, levando-o a perceber a função social da leitura. Uma prática pedagógica sugerida pela autora é trabalhar com os gêneros textuais que constituem uma importante ferramenta pedagógica para o ensino da língua materna. Deste modo, entende-se que a leitura dos inúmeros gêneros textuais (orais e escritos) são fatores determinantes de como “agimos” e “pensamos” no e sobre o mundo. Nesta perspectiva discursiva e interacional, a leitura deve ser construída de forma contextual, inserida nas práticas socioculturais dos sujeitos.

A prática de letramento representa a mudança na forma de considerar o significado da acessibilidade à leitura e à escrita em nosso país. Partindo da aquisição da tecnologia, do ato de ler e de escrever, com diversas possibilidades de aplicação dos gêneros textuais, possibilita ao indivíduo saber usar a língua para as práticas sociais. (SOARES, 1998).

Tinoco (2013) reitera que a prática de leitura e de escrita nas prisões pode trazer resultados positivos, visto que implica o processo de não-dependência do ócio inútil produzido na cela. Tal prática, quando aplicada, representa um campo fértil para ações solidárias, onde o sujeito tem mais autonomia consciente e privacidade produtiva, num ambiente onde se reforça a sensação de desconfiança dos gestores, de individualismo exagerado e, em especial, um clima de alta tensão.

Por fim, podemos questionar qual o papel da escola no sistema prisional? Faz-se necessário uma escola que de fato seja transformadora, articulada aos conhecimentos produzidos por diferentes correntes teóricas que se constituem a partir de uma concepção política da escola. Deve ser vista como um espaço de atuação de forças, capazes de contribuir na luta das transformações sociais. (SOARES, 2008).

3. O percurso metodológico

A escolha da instituição educacional da rede pública de ensino do DF, para o *locus* da pesquisa foi uma escola de Brasília institucionalizada pela Portaria Nº 239, de dezembro de 2015, a qual aprovou a criação da escola para atendimento ao sistema prisional, vinculada à Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro.

Esta instituição educacional oferta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos 1º, 2º e 3º segmentos até seu ingresso na educação superior. Atualmente, a escola é constituída por 50 professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), sendo organizados da seguinte maneira: o diretor e a vice-diretora, quatro professores readaptados atuando em Salas de Leitura e seis coordenadores locais que atuam nas seis unidades penitenciárias do Distrito Federal, sendo 38 professores em regência de classe e dois servidores da carreira de assistência que atuam na área administrativa, voltada à certificação dos estudantes.

É neste contexto que o estudo foi delimitado aos sujeitos da pesquisa, um grupo de nove professores de Língua Portuguesa da rede pública de ensino que atuam em regência de classe ou nas bibliotecas e/ou salas de leitura do sistema penitenciário do DF.

Quanto à abordagem do estudo, foram utilizados métodos mistos (qualitativos e quantitativos), com o objetivo de responder à questão central, que foi analisar os problemas e as dificuldades dos docentes que atuam na rede pública de ensino nas prisões do DF. Neste sentido, buscou-se respostas quanto à investigação sobre a professoralidade docente na Educação de Jovens e Adultos com ênfase nos processos de leiturização e letramento nas prisões do Distrito Federal.

A pesquisa de métodos mistos consiste em uma abordagem de investigação a qual combina e associa as formas qualitativa e quantitativa, por envolver suposições filosóficas que utilizam as duas abordagens, onde ambas se misturam em um mesmo estudo. (CRESWELL, 2010, p. 27).

Quanto aos objetivos, o estudo teve caráter exploratório e documental. Conforme Gil (2011), a pesquisa exploratória permite esclarecer, modificar conceitos e ideias, a fim de formular problemas mais precisos ou trabalhar com hipóteses pesquisadas para continuidade do estudo no futuro. Desta maneira, realizou-se levantamento bibliográfico e documental, no que

diz respeito às leis e portarias que regulamentam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) quanto ao atendimento aos estudantes privados de liberdade.

Para o delineamento do estudo, algumas questões específicas foram levantadas aos participantes da pesquisa: 1) Durante o processo de ensino-aprendizagem na sala-cela, você costuma instigar os estudantes para leitura? 2) Quais são os recursos pedagógicos para os processos de leiturização que você utiliza na sala-cela? 3) Você utiliza a biblioteca do presídio como espaço pedagógico para sua prática docente? 4) Sobre a prática docente, a partir das grades e cadeados, você se considera em estado de encarceramento profissional? Seu trabalho é precarizado? 5) Quais são as principais dificuldades para desenvolver sua prática docente?

Em busca destas repostas, utilizou-se o questionário como instrumento de pesquisa, construído com sete questões abertas e fechadas. De acordo com Martins (2008), este instrumento é fundamental para coleta dos dados, quando se trata da pesquisa social que consiste numa lista ordenada de questões que serão enviadas aos participantes selecionados anteriormente. O mesmo autor reitera que o questionário deve ser respondido sem a presença do pesquisador.

Com a finalidade de maior viabilidade das respostas para os nove participantes do estudo que atuam em seis presídios no DF, optou-se pela aplicação do questionário on-line. De acordo com Flick (2013), este instrumento promove, ao pesquisador, baixo custo, economia de tempo e facilidade para o uso, além de ausências de restrições geográficas e espaciais. Sendo assim, foi aplicado o questionário on-line por meio do *Google Docs*. Neste instrumento, foi em anexo uma carta contendo os objetivos do estudo e da coleta de dados para que estes sujeitos respondessem as perguntas e enviassem as respostas por e-mail à pesquisadora.

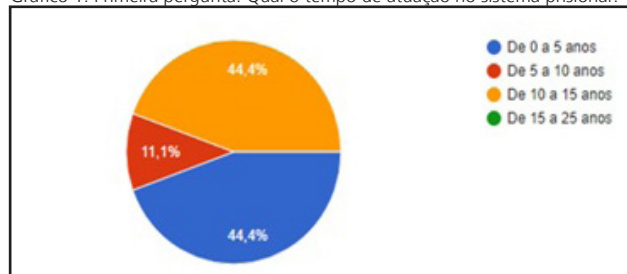
Para tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdos fundamentada em Bardin (2011), que entende o método como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que buscam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das repostas indicadores (quantitativos ou não), possibilitando inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Sendo assim, o método de análise de conteúdo possibilitou um tratamento mais preciso sobre as repostas coletadas.

4. Análise dos dados: reflexos da práxis docente EJA nas prisões do DF

A primeira pergunta foi direcionada, de forma fechada, aos nove professores que atuam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos seis estabelecimentos penais do Distrito Federal. Identificou-se que 44,4% destes profissionais possuem tempo entre 10 a 15 anos de docência nas prisões; outros 11,1% dos professores apresentaram tempo entre 5 a 10 anos; sendo que outros 44,4% possuem um tempo menor, compreendido entre 5 a 10 anos como docentes no sistema prisional.

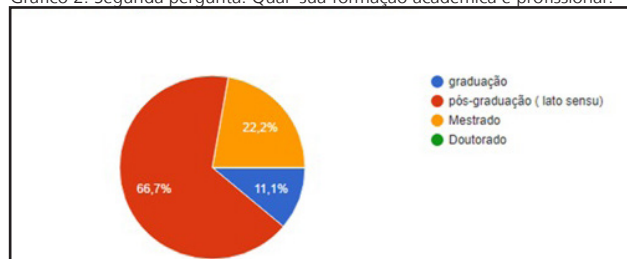
Já na segunda pergunta do questionário on-line, buscou-se investigar a formação profissional dos docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional.

Gráfico 1. Primeira pergunta: Qual o tempo de atuação no sistema prisional?



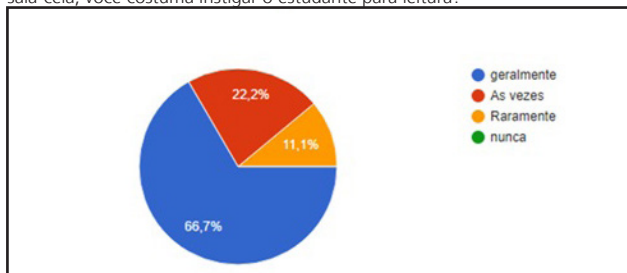
Fonte: questionário aplicado aos professores/2017

Gráfico 2. Segunda pergunta: Qual sua formação acadêmica e profissional?



Fonte: questionário aplicado aos professores/2017

Gráfico 3. Terceira pergunta: Durante o processo de ensino-aprendizagem na sala-cela, você costuma instigar o estudante para leitura?



Fonte: questionário aplicado aos professores/2017

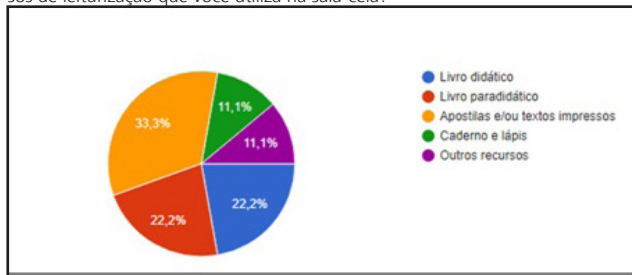
Identificou-se que 66,7% destes profissionais possuem curso de pós-graduação *lato sensu*, 22,2% destes professores possuem curso de mestrado, outros 11,1% possuem curso de graduação. Dos nove professores investigados, não há titulados em curso de doutorado.

A terceira questão, direcionada de forma fechada, sondou a periodicidade do estímulo à leitura nas salas-celas. Identificou-se que 66,7% dos professores geralmente promovem estímulos à leitura por meio de textos, livros ou apostilas em sua prática docente. Outros 22,2% destes profissionais às vezes utilizam material didático ou textos que motivem a leitura nas salas-celas. Ainda, 11,1% dos participantes raramente usam meios para promoção e formação leitora durante suas aulas nos presídios.

A quarta questão, direcionada de forma semiaberta, buscou investigar quais recursos pedagógicos são utilizados pelos professores como forma de promoção da leitura durante as aulas na salas-celas.

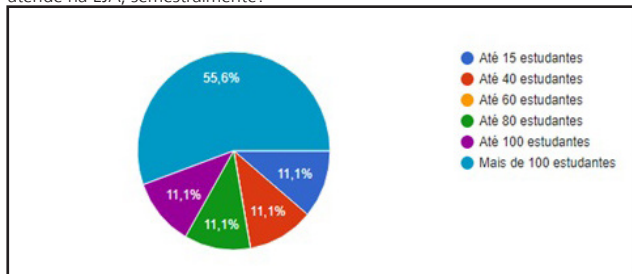
É importante ressaltar que foi relatado, pelos professores participantes deste estudo, que o uso ou manuseio de qualquer tipo de material de acesso ao professor e/ou estudante nas salas-celas passa pelo crivo, revista e autorização dos profissionais que atuam no sistema de segurança dos presídios, especificamente, os chamados de Núcleos de Ensino (NUENS).

Gráfico 4. Quarta pergunta: Quais são os recursos pedagógicos para os processos de leiturização que você utiliza na sala-cela?



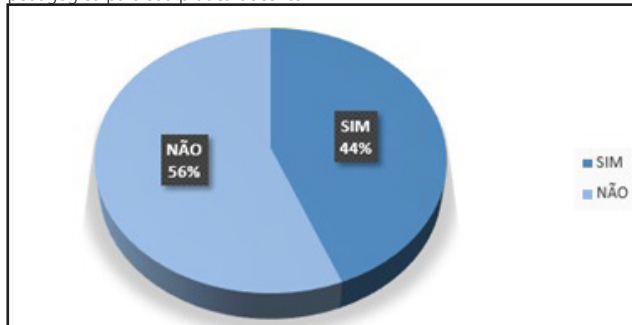
Fonte: questionário aplicado aos professores/2017

Gráfico 5. Quinta pergunta: Que quantidade de estudantes custodiados você atende na EJA, semestralmente?



Fonte: questionário aplicado aos professores/2017

Gráfico 6. Sexta pergunta: Você utiliza a biblioteca do presídio como espaço pedagógico para sua prática docente?



Fonte: questionário aplicado aos professores/2017

Identificou-se que 33,3% dos docentes utilizam, em sua prática pedagógica, apostilas e/ou textos impressos. Sendo que 22,2% dos professores usam somente o livro didático em suas aulas. Outros 22,2% recorrem aos livros paradidáticos como recurso pedagógico e fomento à leitura na sala-cela. Já 11,1% dos profissionais participantes do estudo afirmaram que usam somente lápis e cadernos durante as aulas. Outros 11,1% recorrem a recursos didáticos e pedagógicos como: vídeos, textos impressos, palestras sobre hábito de leitura como instrumento libertador para que os internos não fiquem ociosos, recorte de palavras e letras que auxiliem nos processos de alfabetização e formação de leitores nas prisões, sendo necessário e urgente a aquisição de materiais básicos para sala-cela - cadernos, lápis, borrachas e quadros brancos.

A quinta pergunta, direcionada de forma fechada, buscou sondar o quantitativo dos privados de liberdade que são atendidos na Educação de Jovens e Adultos nas prisões. Identificou-se que 55,6% dos professores atendem até 15 estudantes que estão no 1º segmento (Anos Iniciais); outros 44,4% destes profissionais atendem entre 40 e 100 estudantes do 2º segmento

(Anos Finais) e 3º segmento (Ensino Médio), na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Na sexta pergunta, direcionada de forma fechada, buscou-se identificar se os professores utilizam as bibliotecas dos presídios como espaço pedagógico em sua prática docente. Observou-se que 56% destes profissionais não utilizam as bibliotecas dos presídios. Apontaram, como problema, a dificuldade de escolha policial para os estudantes e professores terem acesso à biblioteca; ou o fato de as bibliotecas estarem desativadas no estabelecimento penal em que atuam. Outros 44% destes professores usam a biblioteca ou uma estante-biblioteca que fica no corredor das alas, supervisionada pelos internos voluntários, sendo o empréstimo de livros de forma artesanal. Esses são usados como recursos pedagógicos de fomento à formação leitora nos presídios como forma de aprendizagem e ressocialização do privado de liberdade.

Neste sentido, Freire (1976) entende que a educação pode ser vista como prática da liberdade, trazendo a ideia da liberdade não apenas em nível conceitual ou de aspiração humana, mas sim como processos históricos construídos a partir dos vínculos em relação à cultura e ao mundo do trabalho.

A sétima pergunta foi feita sobre a sua prática docente, a partir das grades e cadeados: 1) Você se considera em estado de encarceramento profissional? Seu trabalho é precarizado? Quais são as principais dificuldades para desenvolver sua prática docente nos presídios?

A questão sete, direcionada de forma aberta, buscou analisar se os professores que atuam nos presídios consideram seu trabalho precarizado, como também identificar se os mesmos consideram-se encarcerados profissionalmente, durante o exercício da prática docente nas prisões. Seguem os relatos de oito profissionais que responderam esta pergunta, tendo apenas uma abstenção:

- *Professor 1* – “Temos que melhorar as relações com a equipe de segurança e, juntos, construímos meios para melhorar a ressocialização dos que lá estão. Acredito no meu trabalho, porém, sozinhos não conseguiremos. Acredito na união, respeito e dedicação de cada profissional que exerce suas atividades”.
- *Professor 2* – “O trabalho torna-se precário por falta de recursos materiais – pedagógicos e outros. Há número reduzido de agentes penitenciários, estresse por conta do ambiente em si, estudantes com necessidades básicas não supridas - atendimento médico e psicológico, por exemplo”.
- *Professor 3* – “Trabalhando no sistema prisional, o misto de sentimentos - como coragem, dedicação, medo, frustração - é diário. Nossos horários são muito extensos. Ficamos na sala-cela com os alunos o período inteiro. Não é uma aula de 45 ou 50 minutos, e sim quatro horas/aula com a mesma disciplina. Nesse sentido, sinto-me encarcerado diante da impossibilidade de flexionar os horários. Os alunos acabam por se desinteressar e cansar da aula. Não podemos entrar com muitos materiais, o mínimo é sempre o que se pede. Livro somente se for de capa dura. Trabalhos diferenciados como recortes, filmes, determinados textos sempre precisam ser filtrados. Em suma, tentamos trabalhar o máximo com o mínimo”.

- *Professor 4* – “Quando estou em sala com meus alunos, envolvo-os em uma realidade que transcende a sala de aula. Não considero meu trabalho precarizado. Acredito que temos de adequar a realidade, tentando conquistar mudanças positivas”.
- *Professor 5* – “Não me considero em encarceramento profissional. O trabalho é precário. As dificuldades estão relacionadas aos aspectos de segurança!”
- *Professor 6* – “O trabalho docente é precarizado pelas limitações e dificuldades, em cada unidade prisional. O método tradicional é oferecido como maior ferramenta de trabalho. O material didático-pedagógico ofertado é o mínimo para as aulas. Há rotatividade de estudantes na turma, as rotinas são alteradas pela necessidade e garantia de segurança no sistema prisional”.
- *Professor 7* – “Não considero trabalho precarizado. Existem limitações, mas também possibilidades. Faltam recursos pedagógicos para as aulas, além do baixo efetivo de agentes, o que acarreta menor tempo em sala. Faltam, ainda, materiais”.
- *Professor 8* – “Sim, considero meu trabalho precarizado. Como trabalho na biblioteca, preciso de livros literários e um espaço adequado na unidade prisional para desenvolver melhor minhas atividades”.

Diante das perspectivas e possibilidades do trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos e na rede pública de ensino, estes profissionais possuem o desafio provocado pela relação dialógica entre estudantes que são trabalhadores e servidores públicos professores, visto que o processo educativo não pode ser limitado apenas à inclusão social como forma de inserção social, mas sim num modelo educativo que promove a inserção na luta, voltada para a socialização do sujeito, de forma mais justa, igualitária e humana. (RESÊS; PEREIRA, 2016, p. 251).

Considerações finais

A partir deste estudo, constatou-se que a oferta da educação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, como direito à educação garantido pelo Estado, atende somente 10% da população carcerária do Distrito Federal, visto que o quantitativo de pessoas privadas de liberdade é de aproximadamente 15.400, distribuídas nos seis estabelecimentos penais do DF, conforme resenha do dia 08 de junho de 2017, produzida pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE).

Diante disso, compreende-se que implementar políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do DF legitima a garantia de direitos para a Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, cabe à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) o acompanhamento dos professores que atuam nas prisões. Identificou-se, na atuação docente, a

precarização do trabalho nas salas-celas e nas bibliotecas, onde faltam materiais adequados, livros didáticos atualizados, recursos pedagógicos que possam auxiliar a prática pedagógica.

Percebeu-se, ainda, que os docentes que atuam nas prisões sentem, em grande maioria, um estado de encarceramento profissional, originário do estresse, medo e insegurança, em relação às rotinas diárias dos presídios. Também foi observada a ausência de um trabalho preventivo e periódico quanto à saúde psíquica e física destes profissionais na SEEDF, a fim de reduzir o adoecimento do docente.

Sendo assim, os problemas e dificuldades encontrados neste estudo, para atuação docente na Educação de Jovens e Adultos nas prisões, retratam a desvalorização e precarização do trabalho docente, onde o grande desafio é possibilitar as aprendizagens significativas aos sujeitos privados de liberdade, com foco na emancipação destes sujeitos e ressocialização social, além da preparação para o mundo do trabalho e retorno à sociedade.

Verificou-se que há necessidade de ampliar a oferta de vagas como garantia de direito à educação nas prisões, para que a EJA, enquanto modalidade da Educação Básica, seja historicamente reconhecida pelo Estado e pela sociedade, observando as especificidades de atendimento educacional aos jovens, adultos e idosos, quanto à promoção dos saberes e fazeres constituídos das suas experiências de vida. Este contexto traduz a real função social da escola, que é de contribuir para transformar o sujeito, partindo da aquisição do conhecimento e da formação, a fim de elevar o nível de escolaridade, de ascensão social e econômica, para que se retomem sonhos e projetos de vidas que foram interrompidos de alguma forma no passado. (SEEDF, 2014).

O papel do docente nas prisões é emancipador e transformador ao promover a conexão entre o mundo, as informações e as aprendizagens nos intramuros dos presídios. Possui, na sua essência docente, a prática libertadora como forma indispensável à consciência crítica do sujeito, visto que participa do processo de ressocialização da “pessoa humana” que não se pode calar, silenciar, nem se nutrir de falsas palavras, mas sim das palavras verdadeiras. Estes professores possuem a missão de transformar e modificar os sujeitos privados de liberdade para a reinserção social, sem o olhar julgador, subserviente nem tampouco assistencialista, mas, sim, pautado no trabalho, na ação e reflexão do sujeito que ensina e aprende. (FREIRE, 1987).

Diante do cenário apresentado, o estudo buscou mostrar os desafios e as dificuldades entre os saberes e fazeres da práxis docente nas prisões, bem como fomentou a discussão sobre o papel do Estado para garantia das práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões do Distrito Federal. Nessa direção, entende-se que o privado de liberdade, quando pedagogicamente orientado para os processos de leiturização e de letramento, pode contribuir para a reconfiguração de sua autoestima, da sua postura social, potencializando caminhos de sua ressocialização. ■

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. **Sistema penitenciário no Brasil – problemas e desafios**. Revista USP, n. 9, p. 65-78, 1991.
- ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

- BORTONE, Márcia Elizabeth. **Letramento e competências: construindo novos paradigmas na escola**. Entreletras, Araguaína/TO, v. 3, n. 2, p. 192-203, ago./dez. 2012 (ISSN 2179-3948 – on-line).
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.
- CARVALHO, Rafael Dantas de. **A leiturização como prática de letramento na Educação de Jovens e Adultos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2008.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes; Consultoria, supervisão e revisão técnica: Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DISTRITO FEDERAL. GDF. Plano Distrital de Educação (2015-2024). **Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Aprova o Plano Distrital de Educação – PDE e dá outras providências**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde_15_24.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.
- _____. GDF. **Portaria Nº 77, de 02 de março de 2017**. Regula a adesão à EJA Combinada, pelas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/47cbb455d21d4700abbc3cd888093e26/Portaria_77_02_03_2017.html. Acesso em: 07 de outubro de 2017.
- _____. GDF. **Portaria Nº 239, de dezembro de 2015**. Versa sobre aprovar a criação do CED 1 de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/106807708/dodf-secacao-01-31-12-2015-pg-28>. Acesso em: 07 de outubro de 2017.
- _____. GDF. Secretaria de Estado de Educação. **Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: SEEDF, 2014a.
- _____. GDF. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: SEEDF, 2014b.
- _____. GDF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017**. Brasília-DF, 2014b. Disponível em: https://juntosnaejadf.files.wordpress.com/2014/12/diretrizes_eja_2014_2017.pdf. Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.
- FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes; Revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2013.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 – 288 p.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 4 reimpr. São Paulo, 2011.
- HOFLING, Eloisa Mattos de. Estado e políticas públicas sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, nº 55, nov./2001.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLZAN; ISAIA. **Aprendizagem Docente na Educação Superior: construções e tessituras da professoralidade**. Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 3 (60), p. 489-501, set./dez. 2006.
- PENNA, Maria Gouvêa de Oliveira. Relações Sociais e Espaço Escolar na Prisão: limites e Possibilidades da ação educativa no interior de uma penitenciária. In: **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. Organizadores: Arlindo da Silva Lourenço, Elenice Maria Camarosano Onofre. São Carlos: EduFSCar, 2011. p. 131-146.
- RESÊS; PEREIRA. **A educação de jovens e adultos trabalhadores na organização da educação brasileira**. Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos/Maria Zélia Borba Rocha, Nara Maria Pimentel (organizadores). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016. p. 247-280.
- RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. **O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a Formação do leitor em presídios do Distrito Federal**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- SANTOS, Sílvio dos. O espaço administrativo da prisão e a escola como locus de resistência. In: **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. Organizadores: Arlindo da Silva Lourenço, Elenice Maria Camarosano Onofre. São Carlos: EduFSCar, 2011. p. 119-129.
- SILVA, Roberto da; MOREIRA, F. A. Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível. **Revista Sociologia Jurídica**, v. 1, p. 50-68, 2009.
- _____. Por uma Política Nacional de Educação para os regimes de privação de liberdade no Brasil. In: **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. Organizadores: Arlindo da Silva Lourenço, Elenice Maria Camarosano Onofre. São Carlos: EduFSCar, 2011. p. 81-118.
- SOARES, Magda Becker. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. edição: Ática, 2008. Capítulo 2: O Fracasso da/na escola, p. 08-17.
- _____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.
- TINOCO, Coelho Robson. **Educação em presídios e leitura literária: uma nova articulação sociodialógica**. Revista do programa de pós-graduação em Letras. Vitória, n. 27, 2015/1.